



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

# COVILHÃ

ACTA N.º 01/2017

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2017

INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 18 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL.</b>
- ABERTURA.....	<b>02</b>
- ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>05</b>
- ORDEM DO DIA.....	<b>20</b>
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	<b>30</b>
- ENCERRAMENTO.....	<b>31</b>

**ACTA N.º 01/ 2017**

**ABERTURA**

Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e dezassete, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. José Armando Serra dos Reis** com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazo – PEDU – Covilhã – Homologação da Acta Relatório;
- 2.3** - Protocolo de Delegação de Competências nas Freguesias de Cortes do Meio, Unhais da Serra e Erada;
- 2.4** - Contrato de Delegação de Competências na Freguesia da Boidobra;
- 2.5** - Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias
  - Contratação de Pessoal para Actividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar – Ano Lectivo 2016-2017;
  - Contratação de Pessoal Acompanhamento do Serviço de Refeições no 1.º Ciclo do Ensino Básico – Ano Lectivo 2016-2017;
- 2.6** - Regulamento Municipal do Cartão Social Municipal – Covilhã Mais Social;
- 2.7** – Regulamento Municipal de Habitação Social;
- 2.8** – Contingente de Táxis na Freguesia de S. Jorge da Beira;
- 2.9** - Desafectação do Domínio Privado Municipal para Afectação ao Domínio Público Municipal de parcela de terreno com a área de 195,00m<sup>2</sup>, sito na Quinta da Alâmpada, Freguesia de Boidobra, inscrito na matriz urbana da citada Freguesia sob o artigo n.º 769 e descrita na CRP da Covilhã sob o n.º 543;
- 2.10** - Definição de Edifícios em Ruína, no âmbito do IMI para o ano de 2017, em complemento da deliberação de Câmara de 02 de Setembro de 2016;
- 2.11** - Estratégias para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

**3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha e Senhor António Paulo Pereira Ranito. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. José Armando Serra dos Reis, Dra. Diana Catarina Lopes Louro, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Dr. Eduardo Manuel Esteves Melfe, José Augusto Martins Santos, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Eng.º Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr. José Paulo Pina Simão, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Carla Marisa Pereira da Silva Marques, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), José Carlos Marques Santos (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores **Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Dra. Ana Rita Aguilar Ferreira Gaudêncio Mineiro, Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa) e José Morais Lourenço (Verdelhos).** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

**PRESENCAS DA CÂMARA**

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Carlos do Carmo Martins, Prof. Joaquim António Matias, Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.-----

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, ninguém se manifestando, foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

**ORDEM DE TRABALHOS**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**EXPEDIENTE**

- E-mail da Loja das Camisolas a referir a falta de pagamento dos trabalhos que efectuaram para a Câmara Municipal;
- E-mail do Grupo Parlamentar do CDS-PP a acusar a recepção da Moção “Instalações do Posto de Territorial de Tortosendo da GNR”;
- Ofício n.º 382 do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção “Instalações do Posto de Territorial de Tortosendo da GNR”;
- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a convidar para Audição Pública sobre a Central Nuclear de Almaraz;
- E-mail do Senhor Francisco Manuel Rodrigues Moreira a comunicar que a Bancada do PSD passa a ser liderada pelo Senhor Eng.º João Nuno Santos Silva Serra Duarte;
- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a convidar para as Jornadas Parlamentares – Audição Pública Descentralizada;
- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a acusar a recepção da Moção “Instalações do Posto de Territorial de Tortosendo da GNR”;
- E-mail da Assembleia Municipal de Viseu a remeter uma “Moção pela dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e outros, designando-os Universidades Politécnicas, ou Universidades de Estudos Avançados, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a recepção da Moção “Instalações do Posto de Territorial de Tortosendo da GNR”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a Declaração Política, proferida pela Senhora Deputada Paula Santos, sobre a descentralização;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta colocada ao Governo pela Senhora Deputada Paula Santos sobre o “Encerramento da Agência da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso, Concelho da Covilhã”.

**INTERVENÇÕES LÍDERES**

--- O Senhor Prof. Reis Silva (PCP) referiu "... no Concelho da Covilhã é possível ir mais longe na reposição de direitos dos assistentes operacionais em funções no pré-escolar e contratados, por delegação de competências, pelas Juntas de Freguesia, e reduzir, ainda assim, por via da celebração de contratos, a situação precária, desumana e vergonhosa dos recibos verdes..." (**doc. 01**). -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra (PSD) apresentou uma Moção de protesto pelo "Eventual Encerramento da Agência da Caixa Geral de Depósito Localizada no Teixoso/Covilhã" (**doc. 02**). -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro felicitou o Senhor Eng.º João Nuno Serra pela Moção apresentada e propôs que se juntasse todo o protesto num texto, porque o PS também tem uma Moção para apresentar sobre o assunto, para que saia da Assembleia uma posição coordenada e consensual com a posição tomada pela Câmara Municipal. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: "A minha intervenção política define-se aqui de duas maneiras: Enquanto o País se entretém e anda a discutir a insustentável leveza Centeno, nós aqui na Covilhã andamos a suportar o insustentável peso da incompetência e do amadorismo desta Câmara. E temos vindo a fazê-lo a custo... E temos vindo a fazê-lo com graves prejuízos para a Covilhã. Aqui, sensivelmente, há um ano falávamos do estado das estradas... E aqui, há um ano, o Senhor Presidente da Câmara - *sempre com a sua pompa e circunstância* - disse que apresentaria ou apresentou um suposto plano de intervenção nas estradas municipais. Na altura, dizendo que não havia hipóteses de assegurar as intervenções, não havendo condições financeiras do Município, iria solicitar ao Governo Central apoios extraordinários nesta matéria. Até hoje, nem pedido nem financiamento, zero!

Hoje, fomos confrontados com notícias que confirmam afinal que esta é uma estratégia recorrente e de quem não tem nada para dizer e nada quer ou pretende fazer...

Afinal de contas a Habitação Social vai pelo mesmo caminho. Quando aqui foi falado, e muito bem pelo Presidente da Junta de Boidobra sobre o estado degradante da habitação social do Concelho, o Senhor Presidente da Câmara veio dizer que, e foi a única resposta que teve e que tem: não tem dinheiro para fazer intervenções... Apesar de ter recebido quase 600 mil euros a título extraordinário, não tem dinheiro para intervir. No entanto vai ia pedir - e quase que vinculava o Governo - um apoio extraordinário nesta matéria.

Hoje, vimos a saber que, efectivamente, o Ministro da Solidariedade Social descartando-se de responsabilidades, quase que a dizer: eh pá não me metam nisto que eu não tenho nada a ver com isso, declara publicamente que: Não assumo compromisso nenhum nesta matéria.

E, portanto, resta-nos continuar à espera que o Senhor Presidente adie as suas propostas e intervenções à espera de algo que nunca vai chegar.

De qualquer maneira, vimos, sempre com pompa e circunstância, que no *site* do Município foram publicadas fotografias de funcionários a colocar remendos nas estradas. Ao contrário de outros, eu acho muito bem.

É necessário que, pelo menos, se acautele a reparação em alguns sítios com um uso extraordinário nas suas vias, nomeadamente, naquele que foi exemplificado – em que por “acaso” até foi o Vereador Nuno Reis que identificou essa situação na Reunião de Câmara, atento o estado degradado do acesso aos Pavilhões Desportivos da Universidade da Beira Interior, que servem de base e permitem a prática desportiva de quase toda a Covilhã.

Ainda bem que assim acontece e têm, pelo menos, o bom senso de o fazer.

Depois vemos que, a par disto, surge sempre a questão em que o Senhor Presidente da Câmara insiste – e era a grande bandeira do Senhor Presidente da Câmara neste Mandato – num suposto saneamento financeiro desta Câmara. E vem dizer “Nós não fazemos nada porque estamos a sanear as contas da Câmara, estamos aqui a tentar controlar as coisas.”

Porém, aquilo que vemos é que tudo aquilo que tem sido feito no último ano, em termos de compromissos financeiros, estamos a falar de orçamentos participativos, de pagamentos a fornecedores, está por pagar...E agora, hoje, vamos aqui discutir um empréstimo extraordinário para fazer obras do PEDU...mas, pergunto, vai ser pago quando? Vai começar a ser pago daqui a dois anos. Vai ser pago depois deste Mandato. Vai ser sempre pago no futuro. Portanto, quem vier feche a porta.

Lá está, sobre nós, este peso insustentável da incompetência deste Presidente da Câmara, a dizer que tudo resolve quando não resolve, absolutamente, nada.

Pior, e pego aqui também na última parte da intervenção do João Nuno Serra que apresentou esta Moção da contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso. Vemos que um Executivo Socialista que supostamente tem ou deveria ter ligações e, pelo menos assim é dito, privilegiadas com o Governo Socialista; Que tem ou, pelo menos, devia ter essa capacidade de influenciar, essa ligação especial para sensibilizar ou, que mais não fosse para obter informação privilegiada, já que, de facto, a nível Nacional não se sabe nada do Plano de Restruturação da Caixa Geral de Depósitos (isto anda tudo no segredos dos Deuses), vamos a ver e ficamos a saber que, afinal de contas... e depois isto é que eu acho que é inqualificável... ou antes, se não fosse, trágico, se não fosse dramático, é aquilo que eu digo, caricato, era de facto quase anedótico: Depois de vir o Governo a apresentar o seu Plano de Coesão Territorial à Covilhã; depois de vir garantir que nada mais fecha no Interior; depois de se vir dizer que tudo tem que ser feito para proteger o Interior; a primeira notícia que nós temos da restruturação da Caixa Geral de Depósitos é o encerramento do Balcão do Teixoso.

E este é, de facto, o peso insustentável da incompetência deste Presidente da Câmara, da incompetência deste Executivo.

E este Executivo e agora permito-me aqui também a discordar, a nível político, da posição do João Nuno Serra porque ao contrário do ele aqui afirmou, este Executivo é PS – PSD, não é só PS. E tem sido assim desde que assinaram o acordo governativo com o Vereador do PSD, no Executivo, a sustentar as maiorias e a fazer funcionar, de facto, a maioria que permite que esta incompetência grasse no nosso Concelho.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “vou começar pela política Nacional, quero começar, por uma questão de justiça, por felicitar e enaltecer aquilo que é... ou saudar o Secretário-Geral, o Presidente do Partido Social-Democrata, Dr. Passos Coelho pela prestação que tem tido ao longo destes últimos meses. Eu também já o aqui saudei na altura em que ele veio falar do Diabo, que vinha aí o Diabo e depois o Diabo não veio afinal e depois o Diabo transformou-se em Reis Magos e se na altura ele do Diabo não acertou efectivamente agora dos Reis Magos acertou. Ele dizia algures num... enfim entre o Natal e o Fim de Ano que agora o Diabo que já não vinha. Vinham os Reis Magos. Efectivamente os Reis Magos vieram e os Reis Magos vieram e trouxeram prendas para todos os Portugueses. E isto é um problema, porque as prendas que os Reis Magos trouxeram foi, desde logo, o défice mais baixo da história democrática Portuguesa - 2.1%, uma marca do Partido Socialista; uma marca da geringonça, que tanto criticam. Depois os Reis Magos vieram e trouxeram também o maior crescimento de emprego da Europa – 0.2 na União Europeia a 19, 0.2 na União Europeia a 28, 1.3 em Portugal. Cá estão os Reis Magos. Depois tivemos a queda do desemprego, porque não só houve aumento de emprego, como houve também aumento do desemprego.

Poder-se-ia dizer: bom, o desemprego diminuiu à conta das pessoas que emigraram, por exemplo, aos 300 e 400 mil que emigravam por ano, em 2013, em 2014. Não! Nós baixámos o desemprego e aumentámos o emprego. Portanto há uma criação líquida de emprego. Depois temos também o crescimento económico, em que tivemos inclusivamente veja-se o deslante esse grande engajado com a geringonça e com a orientação política do Governo Português da União Europeia um Comissário que veio dizer que a taxa de crescimento económico que o Governo da República previa para Portugal estava errada. Estava errada era para baixo, porque a União Europeia previa que fosse maior. E isto para dizer Senhores Deputados que efectivamente dêem a volta que derem o que é facto é que ao discurso catastrofista e permanente do PSD e do CDS durante quatro anos, que ideologicamente nos tentaram empobrecer e convencer a todos que tínhamos que emagrecer, que andávamos a viver à conta, acima das nossas possibilidades e que não havia outra alternativa que não ser uns desgraçados a empobrecer, isto foi assumido pelo Primeiro-Ministro da altura. Afinal veio agora uma solução do Governo liderada pelo Partido Socialista com responsabilidade apoiada parlamentarmente pelo Partido Comunista Português, pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Ecologista “Os Verdes” a demonstrar que não só é possível ter contas certas, não só é possível ter défice controlado, mas como é possível aumentar a qualidade de vida das pessoas. É possível aumentar as reformas, é possível aumentar o rendimento disponível das famílias, o salário mínimo Nacional causou um grande embaraço ao actual líder do Partido Social-Democrata que finalmente saiu do armário e veio assumir que não queria era que o salário mínimo aumentasse, ao fim de se enredar ali num conjunto de subterfúgios e de desculpas, mas finalmente assumiu. A redução da sobretaxa, o investimento público que aumentou. Aliás, aqui percebemos que tivemos o privilégio de ter aqui o Senhor Ministro do Planeamento a anunciar a retoma daquilo que foi o investimento e que é o investimento na ferrovia. E, portanto, Senhores Deputados eu não podia deixar passar esta Assembleia sem dar uma nota positiva em relação àquilo que tem sido a governação do Partido Socialista com o apoio parlamentar dos Partidos que já citei. Mas uma nota de regozijo não apenas do ponto de vista pessoal e partidário, mas sobretudo porque isto se traduz em qualidade de vida para os nossos Cidadãos e é isso que todos nós não tenho dúvida estamos a fazer enquanto ocupamos cargos públicos e políticos. E, portanto, isso deve-nos regozijar e é aqui nesta sala, nesta Sede da Democracia a nível Local, que faz sentido nós virmos falar sobre isto.



Eu acho extraordinário ouvir aqui Deputados Municipais, nomeadamente o Senhor Deputado João Bernardo vir-me falar da habitação social, por exemplo.

Oh Senhor Deputado João Bernardo eu estava à espera que o Senhor quando viesse aqui falar da habitação social, por exemplo, que me viesse dizer qual era a sua opinião sobre a Câmara Municipal da Covilhã – vamos aprovar hoje e vamos ter oportunidade na Ordem do Dia de falar sobre isso – termos em 2017 a aprovar o primeiro regulamento de atribuição de habitação social neste Município, quando nós temos habitação social desde 2005 e gostava de saber o que é que o Senhor Deputado tem a dizer sobre isso. Eu gostava de o ouvir aqui dizer o que é que o Senhor Deputado tem a dizer sobre a venda das rendas, que foram feitas pelo anterior Executivo PSD, que em 2005 a troco de 13 milhões e meio de receita que expectavelmente iam receber durante 30 anos de renda anteciparam a receita por 7 milhões de euros, não tendo hoje sequer um cêntimo para fazer manutenção. Eu gostava de ter ouvido o Senhor Deputado, por exemplo, em relação à Caixa Geral de Depósitos; dizer-me o que é que o Senhor Deputado e o seu Partido pensa sobre o encerramento da GNR em vários pontos; sobre o encerramento das escolas em vários pontos; sobre o encerramento de vários serviços públicos que o seu Governo, do seu Partido, foi responsável.

Senhor Deputado eu lamento mas é de facto preciso... como alguns políticos já disseram para vir falar desta forma demagógica a esta Assembleia sem se referir tudo o resto”. -----

### **INTERVENÇÕES**

--- O Senhor Arq.º Quelhas Gaspar apresentou uma Moção de Repúdio pelo “Eventual Encerramento da Agência da Caixa Geral de Depósito Localizada no Teixoso/Covilhã” (**doc.03**) -----

--- O Senhor João Valério (Teixoso e Sarzedo) agradeceu a presença do Senhor Presidente da Câmara e de todos os “Membros Políticos” na reunião realizada no Teixoso.

Referiu estar muito preocupado com o possível encerramento do Balcão da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso, que irá afectar cerca de 11 mil e 700 pessoas (Teixoso, Canhoso, Vila do Carvalho, Verdelhos, Orjais, Aldeia do Souto e Vale Formoso).

Disse estar a organizar uma deslocação a Lisboa para o “Teixoso, em peso, estar na Assembleia da República. O Teixoso ainda está vivo!” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo propôs, atendendo a que existem várias Moções, um Voto de Protesto pelo encerramento das Instalações da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso e que fossem anexados todos os textos, com as várias sensibilidades partidárias.

Sugeriu que fosse, também, endereçado ao Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “É evidente que estamos aqui perante mais um atentado ao Interior e um atentado às Populações do Interior. E, nós, na sequência da Manifestação de sexta-feira e na sequência, também, da pergunta já colocada pela Deputada do Grupo Parlamentar do PCP, ao Senhor Ministro das Finanças, na Assembleia da República, trazemos aqui uma Moção.” (**doc.04**) --

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra referiu que não se opõe a que seja um Voto de Protesto, que leva em anexo as Moções apresentadas, porque o objectivo é que o Balcão da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso não feche. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “em nome da Bancada do Partido Socialista e em nome da justiça dizer que na sequência daquilo que foi a intervenção do Senhor Prof. Vítor Reis Silva é efectivamente verdade que foi por iniciativa do Senhor Vereador da CDU que no Executivo também se consensualizou em torno do texto do Senhor Presidente da Câmara um Voto de Protesto. Quero apenas dizer o seguinte: não vejo problema nenhum, e aparentemente a Bancada do Partido Socialista não vê nenhum problema, que vão três ou quatro textos em forma de Moção de Protesto. O Partido Socialista entende que porventura toda esta posição é conjunta e transversal a todos os Partidos, quer do Presidente da Câmara, quer do Executivo Municipal, quer da Assembleia Municipal. Creio que há espaço, e o texto dá abertura para isso, para que se consensualize em torno do que já foi enviado pelo Presidente da Câmara e que foi aprovado pelo Executivo. Portanto, se assim o entenderem, aprovado pela maioria ou unanimidade dos Deputados da Assembleia Municipal. Resta-me apenas uma questão e não resistindo aqui ao Senhor Deputado, reconhecer também a medalha do primeiro Partido a apresentar na Assembleia Municipal a Moção relativa à Caixa Geral de Depósitos. Nós no Partido Socialista não precisamos dessas medalhas, a nossa medalha é trabalhar para que a Caixa não feche e percebo, aliás não tive oportunidade na intervenção que fiz a nível nacional de dizer que a fava dos Reis Magos foi a Caixa Geral de Depósitos. É que este PSD não tem mais nada que se pegar a não ser esta coisa do SMS e enfim cá vamos ter que andar com isto.” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa propôs que a Assembleia se pronuncie por um Voto de Protesto, não aceitando o encerramento do Balcão da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso, anexando-lhe os documentos apresentados por todos. -----

--- Colocado à votação **“Voto de Protesto, com as Moções de suporte, pelo Eventual Encerramento da Agência da Caixa Geral de Depósitos Localizada no Teixoso/Covilhã”** foi **aprovado por unanimidade**. -----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco referiu-se ao Índice de Transparência Municipal **(doc.05)**. Apresentou, também, uma Recomendação sobre a “Distribuição Alimentar aos Mais Carenciados”. **(doc.06)** -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Eu faço uma interpelação à Mesa e também no seguimento, não da deliberação, porque um Deputado Municipal não pode apresentar propostas de deliberação, pode apresentar Recomendações à Câmara Municipal, pode eventualmente apresentar Votos de Protesto ou Votos de Louvor, mas deliberações é algo que está restrito à Câmara. A verdade é esta: relativamente à situação, aquilo que a Senhora Deputada veio manifestar aqui é um claro desconhecimento do trabalho que está a ser feito não só pela Câmara Municipal, através

da Rede Social, mas como também uma série de Entidades parceiras da Câmara Municipal, nomeadamente no apoio que é dado em termos alimentares e que foi dado no ano de 2016, onde ela inclusivamente referiu que não houve apoios que foram dados a essas famílias, portanto o que é manifestamente falso. E, portanto, compreendo a necessidade de vir a esta Assembleia ler eventualmente um texto que nos tenha sido preparado mas é importante as pessoas fazerem efectivamente o trabalho de casa e ver o que é que está no terreno, porque Associações como a Mutualista, a Refood, a Lapa e outras tantas que dão apoio a centenas de famílias carenciadas, juntamente com as Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal, através de variadíssimas formas, através das Conferencias Vicentinas. Isto até parece que, efectivamente, na Covilhã não há qualquer tipo de iniciativas deste género. Portanto, solicitava à Senhora Deputada que retirasse a Moção até porque ela não faz sentido, uma vez que quando fala na questão do Programa de Apoio que foi agora criado, ela provavelmente também por desconhecimento não sabe que a Câmara Municipal juntamente com os seus Serviços e juntamente com essas mesmas Associações está já a preparar uma candidatura para podermos efectivamente ir ao encontro dessas mesmas necessidades.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Aquilo que está em cima da Mesa é uma proposta, para que a Assembleia Municipal delibere mandar o Senhor Presidente, para questionar o Governo e o Município sobre estas situações.

Eu percebo a necessidade de escamotear a responsabilidade e dizer que as Associações já estão a responder e tudo mais.

Estão a acontecer, neste momento, sessões de esclarecimento e de apresentações deste Plano. Aquilo que a Dra. Graça Castelo Branco veio pedir, a esta Assembleia, foi que o Senhor Presidente da Mesa dirigisse um ofício a pedir informações, sobre esta matéria.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “ A Bancada do Partido Socialista, pela voz do Senhor Deputado José Miguel Oliveira, já esclareceu que no nosso entender há aqui um defeito, enfim um vício de forma que tem a ver desde logo em que a Assembleia não delibera, quando muito Recomenda ao Senhor Presidente da Câmara. Aquilo que eu desejaria Senhor Presidente era, para já, reforçar esta ideia que o Senhor Presidente da Câmara conhece aquilo que são as suas competências, as suas atribuições e mesmo neste aspecto como já referiu o Senhor Deputado José Miguel Oliveira tem-no feito, não só o Senhor Presidente da Câmara como todo o Executivo e todos os Parceiros. O que a nós nos choca e que eu acho que os deve chocar por ventura a vocês é que nesses considerandos, partindo do pressuposto que isso sai de uma deliberação e passa a uma recomendação que é do nosso ponto de vista o termo mais adequado do ponto de vista administrativo e regimental, mas tirando isso de lado aquilo que nós nos choca de alguma forma e não é tanto pela Câmara Municipal mas sobretudo pelos parceiros, é que aí assume-se que socialmente as famílias e os Covilhanenses não tem tido acesso a este tipo de apoios por uma questão de justiça sobretudo para com as Associações que todos os dias, na Rede Social, fazem esse apoio, nós apelamos ao MAC se há ou não abertura e disponibilidade para expurgar desses considerandos que eu acho que apoucam tudo aquilo que são as Instituições e a Rede Social do Concelho.” -----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco: “Ninguém está, aqui, a por em causa todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas Associações, deste Concelho. Que tem sido muito e extremamente valioso. E, neste caso, único. E, que poderia ser reforçado, por esta estrutura que existe a nível Nacional, e não está a ser reforçado.

Ou seja, o que eu quero dizer com isto é o seguinte: é muito o que tem sido feito. Podia ser feito muito mais!

É nessa medida que fazemos esta recomendação e este pedido, para que haja um pedido de informações e para que todo este apoio e este auxílio, que tem sido extremamente valioso, possa vir a ser reforçado”. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se alguém se opunha a que a Mesa transformasse os quatro pontos em Recomendação.

Ninguém se opondo, foi aprovada, por unanimidade, a transformação em Recomendação. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Não posso deixar de registar e saúdo, em nome da Bancada do Partido Socialista, a reconsideração que foi feita pela Senhora Deputada do MAC, que começou a sua intervenção dizendo que em 2016 as famílias Covilhanenses não tinham qualquer tipo de apoio e passaram fome, para aquilo que ela referiu ainda há bocadinho que tem sido feito muito mas podia ser feito muito mais. E aí concordamos, efectivamente tem sido feito muito, mas podia ser feito muito mais.” -----

- Senhor Dr. Pina Simão: “Votei favoravelmente esta Recomendação, por reconhecer que existe, ainda, uma necessidade concreta de apoiar as pessoas que menos têm, para garantirem as necessidades mínimas de sobrevivência. Sem, no entanto, deixar de estabelecer claramente a minha posição, relativamente à matéria da caridade e da caridadezinha.

E de dizer, muito claramente, que ainda é o resultado da política da Governação de Direita, a situação em que estas pessoas se encontram. Sendo certo que tem sido feito um extremo esforço da recuperação da dignidade das pessoas.

E, portanto, se aceito e voto favoravelmente, a realidade ainda existente, quero manifestar aqui, muito veementemente, a minha frontal oposição a esta ideologia da caridade e da caridadezinha. E, portanto, nada de confusões relativamente a este voto favorável, nesta circunstância.” -----

- Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio): “eu votei favoravelmente apesar de não concordar, porque eu sei o que é a nova Lei - já fui a algumas formações, com a alteração e com o acabar das Cantinas Sociais. Porque, se as pessoas que beneficiam das Cantinas Sociais não tinham condições para confeccionar a sua alimentação, e algumas delas não tinham dinheiro para pagar a água, nem a luz, nem gaz tinham em casa. Como é que agora vão confeccionar a sua alimentação com produtos que lhe vão ser atribuídos, tipo arroz massa e outras coisas?” -----

- Senhor Prof. Reis Silva: “É louvável e valorizamos o trabalho das Instituições que estão no terreno, assim como dos seus voluntários, de todas aquelas pessoas que procuram dar alguma resposta às necessidades do seu vizinho, às necessidades do Cidadão.

Mas, pensamos que o problema da pobreza não se resolve; o problema da fome também não se resolve. Porque, as causas da pobreza e das dificuldades económicas das famílias encontram-se, essencialmente, no desemprego; nos baixos salários e nas reformas de miséria.

E, aí sim, se dessemos passos, se o Governo desse passos na valorização do salário, no sentido da redução do desemprego e no aumento das reformas, com certeza que as taxas de pobreza seriam reduzidas neste País.” -----

- Senhor Dr. João Bernardo: “Basicamente, porque não concordo com o expurgar do texto - que justifica o pedido de questionar esta questão, trate-se da aplicação de Programas Comunitários e está devidamente alicerçado. Não se pode fazer as perguntas a partir do nada.

A minha declaração de voto vai ser só a reprodução do texto integral de que justifica estas perguntas que constam da Recomendação. Agradeço que reproduzam, na íntegra, o texto na acta, para que faça sentido.” **(doc. 06)** -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “É honrando as promessas feitas em período Eleitoral que celebramos a Democracia e o Poder Local.

E, numa Assembleia Municipal, onde a Oposição é cega e surda para aquilo que se faz de bem no nosso Concelho, é importante que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista venha aqui e, efectivamente faça a exaltação daquilo que está a ser feito.

Há cerca de três anos e meio o Senhor Presidente da Câmara assumiu o compromisso de aproximar o Município dos Cidadãos, aprofundar a Democracia Participativa do nosso Concelho, desburocratizar a Administração Autárquica e conferir-lhe total transparência. Pretendia V. Exa promover um novo modelo de governança, um novo clima político entre Presidente e Executivo, Oposição, Partidos Políticos, Membros da Assembleia, as mais diversas Instituições, entre as quais UBI, Centro Hospitalar da Cova da Beira, Associação de Municípios, Municípios vizinhos e em última instância e também importante os nossos Caros Concidadãos.

No entender da Bancada do Partido Socialista, Senhor Presidente e estou certo que também na esmagadora maioria dos Covilhanenses, este foi um objectivo amplamente atingido e permita-me que enuncie aqui algumas das mais importantes realizações: o Balcão Único Municipal, que centralizou todos os Serviços de Atendimento do Município num único local onde os Concidadãos são atendidos comodamente e de forma personalizada, aumentando efectivamente a sua eficiência; o Orçamento Participativo que, ao fim e ao cabo introduziu-se este instrumento de democracia participativa no âmbito da Cidadania Activa do nosso Concelho que contou com mobilização de milhares de Covilhanenses não só a nível de projectos mas também a nível do próprio voto, apesar de eventualmente ter havido aqui algumas situações próprias de uma nova ferramenta ao serviço da Democracia. Não é menos verdade que V. Exa tem procurado ultrapassar as dificuldades com determinação e engenho, num caminho de auto aperfeiçoamento e eficácia desta fundamental ferramenta da Democracia.

A Provedora do Município, que aproveito para saudar e que todos os Grupos Parlamentares vieram aqui saudar, também foi uma realização deste Executivo Municipal e que aproxima o Cidadão e que encontra aqui um meio de interlocução junto do Poder Autárquico, diferente, onde os nossos Concidãos se podem dirigir e ter uma pessoa que efectivamente os oiça e que faz trabalho e que todos os dias nos lança desafios a nível da Administração Autárquica. O Conselho Municipal da Juventude que era reivindicado há décadas, mas nunca passou do papel, passou efectivamente do papel com este Executivo Municipal. Portanto uma ferramenta importantíssima de desenvolvimento de políticas de Juventude e esta genuína vontade estampada na sua determinação e esforço que V. Exa tem feito, neste capítulo, dão-nos a satisfação que a missão vai sendo cumprida. Constatando todos nós que vale sempre a pena introduzir mecanismos de aprofundamento da Democracia Participativa.

Não posso deixar de assinalar, neste capítulo, os últimos três marcos fundamentais: a apresentação do novo SITE; Balcão Único Digital e GEOPORTAL. Ao contrário de outros o Partido Socialista vem aqui, efectivamente, regozijar-se com V. Exa do novo portal que foi apresentado aos Covilhanenses, que efectivamente é um portal actual, dinâmico, “jovem”, portanto com várias valências que nós não tínhamos anteriormente, mas não só a questão do Balcão Digital é uma mudança de paradigma, estamos a falar da possibilidade de qualquer Covilhanense no conforto da sua casa poder ter acesso a qualquer procedimento, poder acompanhá-lo em tempo real, saber em que ponto da situação é que está, fazer os seus pagamentos na comodidade da sua habitação. E isto é efectivamente um avanço que se efectivamente a Oposição tivesse feito o seu trabalho de casa veria que nos outros Municípios à nossa volta é caso único. Portanto, Senhor Presidente, por tudo isto o nosso bem-haja, com votos que a Covilhã continue a trilhar os caminhos de desenvolvimento e progresso ao nível do *E-Governance* da eficácia e da eficiência.” -----

--- A Senhora Dra. Marisa Marques: “... Obras, eventos, e nomes pomposos não fazem uma política cultural para o concelho, e uma política cultural é o que não se reconhece neste executivo...” **(doc.07)**.

De seguida, apresentou uma Moção sobre o “Dia Internacional da Mulher – 8 de Março” **(doc.08)**. -

--- Colocada à votação a Moção “**Dia Internacional da Mulher – 8 de Março**” foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel apresentou uma Moção sobre as Comemorações do 25 de Abril **(doc.09)**. -----

--- Colocada à votação a Moção “**Comemorações do 25 de Abril**” foi **aprovada por maioria com 25 votos a favor (MAC, PCP e Independentes) e 14 abstenções (PS e PSD)**. -----

## Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Apenas para dizer em nome da Bancada do Partido Socialista que pese embora não discordando no fundo daquilo que são as motivações desta Recomendação entendemos que este é um assunto que é da competência estrita do Executivo Municipal. E portanto entendemos que, à semelhança daquilo que tem acontecido nos outros anos, certamente o Executivo, liderado pelo Senhor Presidente da Câmara, vai encontrar aquilo que é a melhor solução para que a Covilhã tenha, mais uma vez, uma representação e uma comemoração condigna daquilo que é uma data tão marcante como o 25 de Abril de 74.” -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: “A transparência, do meu ponto de vista, é talvez o tema medular da Democracia. E, eu diria mesmo da sobrevivência da Democracia. É talvez, estou convencido disso, a solução para a manutenção da Democracia como nós a conhecemos actualmente ou, então, para o desaparecimento da Democracia como nós entendemos actualmente. Mas transparência não só, nos Serviços Públicos, nas Instituições Públicas, mas também e fundamentalmente com uma ênfase muito acentuada na questão da gestão das Entidades Associativas, que têm uma intervenção pública, que têm apoios directos ou indirectos do Estado para a sua função. Penso que esse também é um ponto essencial da questão da transparência e da questão da Democracia.

Falo da transparência hoje porque, como já se referiu aqui, veio a público o índice de transparência Municipal, que foi elaborado por uma Associação de Intervenção Pública e que foi disponibilizado, publicamente, a todos nós.

E, para dizer que eu, sem retirar importância a este índice, tive a preocupação de ir ver do que é que se tratava e fui consultar o *site* da referida Associação. E, o que eu vejo lá é que a medição dessa transparência Municipal é feita, exclusivamente, com base nos respectivos *sites* Municipais. Portanto, o estudo é feito tendo em conta aquilo que é disponibilizado pelos Municípios na sua página da internet. Eu penso que falar de transparência não é só falar do que existe na internet. Falar de transparência é garantir que os Cidadãos tenham efectivo acesso à informação, às metodologias, aos procedimentos, às decisões da Administração Pública, neste caso às decisões da Administração Local.

E, isto leva-nos a tentar perceber o que é que nós, no Município da Covilhã, temos. Temos, do ponto de vista do *site*, a posição que temos, que até é uma posição consolidada que vem crescendo desde 2013, mas temos mais do que isso. Temos uma Câmara Municipal de portas abertas, que é uma novidade. Desde 2013 que a Câmara Municipal abre as portas a quem quer lá entrar; temos uma Câmara Municipal que faz regulamentos sobre situações importantes do Município que permitem exercer a transparência e que não existiam no passado.

E, portanto, muito me admira que seja o CDS, apesar de aqui estar mascarado de Movimento Independente, mas é o CDS que manda no Movimento chamado MAC, que venha aqui falar de transparência. Fico admiradíssimo que se venha agora aqui falar de transparência, quando era a ausência de transparência, há 20 anos a esta parte, até 2013. Ausência de transparência pura e dura, nem entrar na Câmara era possível Senhores Deputados!

Senhor Presidente, para não me alongar mais, digo apenas que a Covilhã está consistentemente a subir no ranking deste índice de transparência Municipal.

Estou certo, estou convencido, se este índice fosse agora medido, depois da publicação e da criação dos novos *sites* da Câmara Municipal, que a posição do Município da Covilhã seria muito mais acima, no tal ranking do índice de transparência Municipal.” -----

--- O Senhor Dr. Pedro Manquinho apresentou uma Moção sobre a transferência de atribuições e competências para as Autarquias: “reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional; reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios; exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana; rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício.” (**doc.10**). -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “Unicamente para dizer que o PSD vai votar contra esta Moção, porque discordamos de alguns temas que estão escritos nos considerandos, mas como numa Moção não se votam os considerandos, vota-se aquilo que está no texto final e na verdade, há nesta Moção um parágrafo que fala na exigência de estabelecer as Regiões Administrativas. Como é sabido o PSD não tem uma posição fechada sobre este tema - há pessoas no PSD que são defensoras das Regiões Administrativas, outros não são e eu pessoalmente não sou. O PSD vai votar contra esta Moção, na medida em que não vamos estar agora a colocar na agenda uma coisa que não faz parte da agenda do País, neste momento. E, eu tenho serias dúvidas se as Regiões Administrativas, a existirem, não era introduzir mais custos na estrutura do Estado e pouca eficiência naquilo que importa às Populações.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Voto contra a Moção, não pelo princípio em si, da transferência de competências, com o qual concordo. Mas não concordo com os princípios que estão, sempre, subjacentes a estas Moções e a partidarização, que o PCP tem necessidade de fazer, deste tipo de Moções. Sendo certo que, no caso concreto e actualmente o que vivemos, não deixo de considerar extremamente perigoso passar, numa altura Eleitoral e é um sinal muito mau para a Democracia, competências que são próprias do Estado, no que diz respeito na área social, que obviamente podem ser tratadas e podem ser entendidas de forma muito perversa num período pré-eleitoral.” -

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Dizer, em nome da Bancada do Partido Socialista, que nós abster-nos-emos nesta Moção, pese embora concordemos com a sua finalidade. Foi pela mão do Partido Socialista que, de alguma forma, este tema entrou na ordem do dia, ainda com o Eng.º António Guterres enquanto Primeiro-Ministro, continuamos a ser regionalistas convictos. Separa-nos, e a abstenção tem apenas a ver com pequenos pormenores nos considerandos, que achamos que são excessivos, mas sobretudo com a oportunidade e o timing político em que ela é apresentada. Nós estamos neste momento numa discussão e num *timing* político de discussão eleitoral ao nível dos Municípios, parece-nos que será porventura extemporâneo ou fora de timing introduzir neste momento o tema da regionalização, porque vamos baralhar. Concordamos com a



finalidade, concordamos com os objectivos, o *timing* parece-nos desadequado. A Bancada do Partido Socialista abster-se-á nesta votação.” -----

--- Colocada à votação a Moção “**Transferência de Competências**” foi a mesma **rejeitada com 4 votos a favor (PCP), 15 votos contra (MAC, PSD e Independentes) e 11 abstenções (PS)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Prof. Reis Silva: “É evidente que os argumentos há-os de facto, daqueles que sempre foram contra a Regionalização, mas dizem-se defensores das Regiões e dizem-se defensores das Regiões com decisões centralizadas.

É evidente que nós sempre defendemos a Regionalização, no sentido de que quem vive nas Regiões tem o direito de decidir do seu futuro; tem o direito de decidir das prioridades; tem o direito de decidir aquilo que é fundamental para a sua Região.

Esta Moção tem *timing* certo, porque o próprio Governo, neste momento, está num processo de descentralização de competências várias, em várias áreas da Administração Central, na área da saúde, na área da educação e outras que, se não forem devidamente acompanhadas com os meios financeiros para as Câmaras Municipais, poderão penalizar no futuro as Câmaras Municipais que têm que assumir, quem as aceitar como é evidente, as competências sem a contrapartida financeira. E, a Moção, defendendo a Regionalização, apelava no sentido que as transferências que estão na calha, que estão em decisão neste momento, fossem acompanhadas com o pacote financeiro adequado para o cumprimento dessas atribuições transferidas.” -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva apresentou uma Recomendação “em solidariedade com a luta dos Reformados dos Lanifícios na reposição do direito previsto no despacho n.º 6/2011, de 1 de Março.” **(doc.11)** -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo fez uma interpelação à Mesa: “aquilo que sugiro para organizar os trabalhos e acho que era de bom-tom, para não tirarmos a palavra a uns e darmos a outros, que havendo inscrições e tendo sido o Senhor Presidente rigoroso a dizer que tínhamos que cumprir rigorosamente os três minutos que se há pessoas que gastam tempo a mais, que seja retirado ao Grupo Municipal a que pertencem. Porque é assim aquilo que nós temos que ver é que, de facto e afinal de contas, falam uns a mais e depois os outros não podem falar por falta de tempo. Não pode ser! Portanto a interpelação era esta e agradeço que no futuro seja feito desta maneira.

No que diz respeito à minha intervenção, tenho três pontos para falar: a primeira é agradecer ao Deputado Pina Simão o facto de reconhecer a minha ideologia e a minha filiação partidária. Aliás o que é comum a quase todos os Membros do PS desta Assembleia, mas não deixa de ser uma falta de respeito por todos os Membros do Movimento Acreditar Covilhã, querer qualifica-los como pertencendo ao CDS, porque não são. O CDS acarinhou, fez parte e faz parte deste Movimento e acho que é uma falta de respeito, por parte de quem utiliza a palavra, catalogar o movimento desta forma. De qualquer forma não posso deixar de dizer e respondendo também àquilo que foi aqui também as interpelações do Senhor Hélio Fazendeiro e peço desculpa não o ter feito na altura, mas estava a guardar-me para fazê-lo agora e para dar noção do que é o amadorismo e a incompetência

deste Executivo. De facto, às vezes, fico abismado com aquilo que aqui oiço. Quando pedem ou quando exigem que seja a Oposição a trabalhar neste Município e nesta Assembleia... Que eu me lembre, quem é pago, e bem pago, para trabalhar e não apresenta serviço, não somos nós... É o Executivo e os Membros que o assessoram e que andam atrás a dizer que sim senhor e que só servem para virem aqui a bajular o próprio Município, mas enfim isso é outra questão.

Agora, eu dou aqui dois exemplos muito claros do que é esta incompetência: a primeira tem a ver com o preço da água, eu ainda não fiz e não vou fazer tão depressa uma análise ao abaixamento do preço da água porque efectivamente a factura que me lá chegou é mais elevada do que a última e portanto com certeza que deve ter a ver com os meus consumos apesar das rectificações todas e portanto acho que não vou fazer isso e vou esperar para ter uma opinião formada. Não posso deixar de dizer que acho amadorismo e falta de competência de quem negoceia com o privado - e aproveito para perguntar ao Senhor Presidente qual é que é o custo para o Município desta negociação? -, mas quem faz a renegociação de um tarifário Municipal da água e se esquece que há Entidades que não estão catalogadas como IPSS, não estão catalogadas como Entidades Particulares de Solidariedade Social, mas que prestam serviço social maior do que muitas IPSS e dou aqui dois exemplos de muitas Associações que já aqui falaram que afinal são acarinhadas para outras coisas e depois são esquecidas na parte do tarifário da água e estou a falar fundamentalmente do que é os serviços da acção social da Universidade da Beira Interior, onde são tratados da mesma forma que o Estado e pagam o dobro do que uma IPSS, quando fazem serviço social. Isto é amadorismo e incompetência!

Só para terminar e é o ultimo exemplo que eu dou desta incompetência e deste amadorismo, tem a ver com aquilo que aconteceu na última reunião de Câmara deste Município. É que o Senhor Presidente negoceia, traz à reunião de Câmara um contrato de arrendamento com o exclusivo objecto de ali exercer actividades artísticas e culturais, o objecto do arrendamento que é negociado, que está contratado que foi a reunião de Câmara é apenas objecto exclusivo de actividades culturais e artísticas e afinal de contas porque aqui veio uma Associação a queixar-se, como muitas outras, de falta de instalações, de falta de colaboração, de falta de condições para poder trabalhar, que afinal de contas esta Câmara parece que não dá às Associações, foi aproveitado isto para dizer, não, não vamos lá a meter as Associações todas. E, a pergunta que eu quero fazer ao Senhor Presidente é se os seus assessores e as pessoas que trataram disto se se lembraram que têm que renegociar o contrato para permitir que lá sejam alojadas as Associações?" -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: "apenas para não deixar passar em claro, e aqui entre os pingos da chuva, a intervenção do Deputado Hélio Fazendeiro no Período de Antes da Ordem do Dia, felicitando ironicamente o Presidente do PSD por ter dado ao PS e à geringonça a possibilidade de estarem a distribuir. É que o Senhor Deputado vem aqui num tom megafónico e eu espero, e todos nós, que o Senhor não tenha que enfiar a viola no saco, Senhor Deputado. É que o Senhor Deputado quando fala naquele tom, naquele registo megafónico faz-me lembrar um correligionário seu que também é da Covilhã, foi em tempos Primeiro-Ministro e que também falava dessa forma, anunciava, à altura, investimentos megalómanos de TGV'S e aeroportos e depois nós vimos onde fomos parar e o Senhor vem tentar passar aqui a ideia aos Covilhanenses, e quem sabe ao País, que há no nosso País, ou houve, um Governo mau e há um Governo bom. Passando a ideia de que agora é que estamos bem e agora é que os salários foram repostos e no outro tempo nada disso era

possível. Pois, Senhor Deputado, eu tenho que lhe recordar que se o Senhor hoje vem aqui dizer isso é porque o PSD lhe deixou uma herança que lhe permite distribuir, como o Senhor sabe não se pode distribuir se não houver nada para dar.” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “começo já pela intervenção do Senhor Deputado João Nuno Serra que eu agradeço. Quero apenas dizer-lhe o seguinte: efectivamente aquilo que vim aqui fazer, na sua consideração em jeito de megafone não sei se foi isso que disse mas foi isso que percebi, foi só a falar de factos e eu compreendo que para quem hoje tem o discurso de SMS os factos e a realidade atrapalhem, enfim, é o que temos.

Recordo a esse propósito o Presidente do seu Partido, algures ali no início do Governo da geringonça veio assumir em entrevista: bom, isto é mesmo impossível, aquilo que vocês propõem é impossível, aliás se a coisa resultar eu próprio voto em vocês.

Estou para ver como é que ele vai descalçar a bota nas próximas Legislativas. Mas pronto, não perdendo com isso eu compreendo esta necessidade, este problema que o PSD tem neste momento porque não tem discurso, não tem nada, não tem candidatos às Autárquicas nas grandes Cidades. Tudo aquilo que era a sua previsão sobre o Mundo e o desenvolvimento do País morreu, caiu por terra e portanto tem que se pegar com os SMS'S e eu compreendo perfeitamente, enfim... Acho muito lamentável, honestamente, enquanto Democrata, porque o PSD é efectivamente ainda hoje o maior Partido da Oposição e aquele que tem a responsabilidade de alguma forma de ser alternância e de se constituir como alternância de Governo ao Partido Socialista e nós precisamos no País de um Partido de Oposição forte.

Não posso de deixar de fazer também aqui algumas considerações, nomeadamente ao Senhor Deputado João Bernardo – o Senhor Deputado vem falar aqui de um conjunto de coisas que eu presumo que o Senhor esteja a representar na dupla qualidade, na sua qualidade de Deputado Municipal, mas também de dirigente do CDS-PP e também obviamente militante dirigente do CDS-PP e também de Representante do MAC. Então o Senhor Deputado tem a lata, não posso utilizar outro termo, de vir falar aqui em Habitação Social sem falar daquilo que eu já lhe disse. O Senhor Deputado vem falar a esta Assembleia, insurgindo-se contra a descentralização de competências do Estado para os Municípios, quando o PSD, mais, quando o PSD e o CDS estiveram no Governo o Partido do qual o Senhor é Militante não só promoveu a sua descentralização de competências reforçando as competências dos Municípios mas sobretudo não associando a carga financeira ou as dotações financeiras necessárias.” -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra perguntou: quais os critérios que mediaram as decisões para a atribuição de subsídios às Entidades diversas; se já pagaram os anteriores, porque os destinatários destes apoios se queixam, reiteradamente que a Câmara decide, mas o dinheiro não chega lá; na lista dos investimentos há um de 77 mil e 700 euros, que diz respeito ao Centro de Incubação e Apoio ao Empreendedorismo, que projecto é este e porque é que leva a maior fatia do dinheiro. ---

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Daquilo que conheço, do Regimento e da Lei, a informação escrita é prestada pelo Senhor Presidente da Câmara e deveria sê-lo nos termos legais. E, nós estamos aqui para nos pronunciarmos sobre aquilo que aqui está escrito e o que legalmente deveria estar e não está.

Quanto a esta matéria, volto aqui a frisar aquilo que tenho vindo a dizer desde o início deste Mandato e que o Senhor Presidente da Câmara ainda não aprendeu. É que a Lei obriga-o, nesta informação, a dar conta das acções judiciais em que o Município é envolvido. E, voltamos a ter uma informação escrita sem uma única referência a nenhuma acção judicial.

Pois muito bem, nós sabemos que existem acções judiciais em curso. E, uma delas, penso que por tão absurda e caricata, porque vai contra o que são os pareceres da CCDR, que são uma directiva Comunitária, é a questão da possibilidade dos engenheiros poderem, ou não, assinar os projectos de arquitectura. E, porque sei que esta acção está em Tribunal e está a ser discutida, pergunto qual é que é a justificação (tenho pena que não esteja cá o Senhor Vereador do PSD/ PS, nesta Assembleia, para que o Senhor Presidente lhe pudesse dar a palavra para explicar por que razão não são aceites estas assinaturas) quando estamos no âmbito de um direito, que é o direito individual das pessoas e dos profissionais? E, pergunto-lhe também se tem, ou não, conhecimento desta acção e se sabe qual é que foi a contestação apresentada pelo Município da Covilhã? Porque, de facto, temos pareceres da CCDR a dizer que os Senhores Engenheiros podem assinar os projectos, a directiva é clara, por que razão na Covilhã não se reconhece o direito às pessoas, em vez de andarmos aqui a arrastar em processos judiciais que depois são escondidos e não são dados a conhecer às pessoas? E volto, mais uma vez, a pedir à Senhora Provedora do Município que, diligencie (já que o Senhor Presidente da Mesa não é capaz do fazer e o Senhor Presidente da Câmara insiste em fazer orelhas moucas) no próximo Relatório, recomende ao Senhor Presidente da Câmara que cumpra a Lei, nesta matéria”. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu que o documento que lhes foi enviado é exaustivo, mas depois de exprimido dá os assuntos que constam da Ordem de Trabalhos. Gostaria de ver uma informação, mais personalizada, com os objectivos atingidos.

Perguntou: quantas obras já foram executadas, do 1.º Orçamento Participativo; referiu que o novo site é pior que o anterior; se não há critérios, porque é que se apoia a Colectividade A ou B; para quando a resposta às questões colocadas pelo Município Serra dos Reis. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que para além do deficit Municipal têm o deficit de infra-estruturas, pelo que procuraram um espaço acessível e bem localizado e a Fábrica das Águas é a solução que visa solucionar vários problemas.

As acções Judiciais do Município são públicas;

As obras executadas são no Paul, LAPA, Rancho da Boidobra e Leões da Floresta;

A resposta ao Município Serra dos Reis seguiu hoje;

Quanto à assinatura de projectos de arquitectura pelos Senhores Engenheiros, não se pode sobrepor aos pareceres Técnicos e Jurídicos. Este é um problema de interpretação da Lei, pelo que está em Tribunal. -----

## **2.2 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO – PEDU – COVILHÃ – HOMOLOGAÇÃO DA ACTA RELATÓRIO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Fevereiro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 915 de 2017.02.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes:

- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “relativamente a este ponto apenas para dizer, e serve já de Declaração de Voto, que o PSD se vai abster na contratualização deste empréstimo. Obviamente que, como é sabido, nós somos favoráveis ao investimento, podemos discordar do Partido Socialista no momento em que os investimentos são feitos, a forma como entendeu, ao longo deste Mandato, ir gerindo o dia-a-dia da Câmara e a reestruturação, ou não, da dívida de que sempre se queixou, mas nunca nos opusemos ao investimento. E, portanto, somos favoráveis ao investimento e não queremos, com o nosso voto, que isso seja impeditivo. Daí que nos vamos abster.

Todavia dizer que na intervenção do Senhor Presidente da Câmara acabou por não responder à pergunta que eu lhe tinha colocado e que remetia para este ponto que é da lista de investimentos que estão na base desta contratualização de empréstimo de 450 mil euros, há um investimento de

77 mil e 700 euros que tem que ver com o Centro de Incubação e Apoio ao Empreendedorismo que gostava que o Senhor Presidente pudesse dar aqui uma explicação do que é que é isto, porque na verdade não sabemos”; -----

- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “aproveitando para fazer já a Declaração de voto em nome da Bancada do Partido Socialista nós vamos votar favoravelmente este ponto, mas quero aproveitar esta oportunidade para saudar o Executivo Municipal na pessoa do Senhor Presidente pela forma responsável como conduziram este processo. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano é como se sabe um instrumento financeiro colocado à disposição dos Municípios, de alguns Municípios, para reabilitação e regeneração urbana, sobre tudo nas áreas... nos núcleos históricos urbanos das Cidades. O Senhor Presidente já teve oportunidade neste mesmo espaço de apresentar grosso modo as linhas gerais do PEDU quais são as obras que estão incluídas, mas percebemos hoje que aquilo que tem sido o saneamento financeiro feito na Câmara Municipal e os princípios que têm norteado a gestão financeira do Senhor Presidente da Câmara e deste Executivo se reflectem muito naquilo que é a contratação deste empréstimo. Nós percebemos hoje que efectivamente este empréstimo vai ter duas fases: uma que tem a ver com o Teatro Municipal, o Centro de Inovação Cultural como está inscrito no PEDU e todas as outras obras precisamente porque não se utilizando o dinheiro todo ao mesmo tempo é uma medida de boa gestão e de seriedade, de facto não estarmos a pagar juros sobre uma coisa que não estamos a utilizar. E eu quero saudar efectivamente o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo por isso, quero-lhe dizer que temos fundadas e o grupo Parlamentar do Partido Socialista tem fundadas expectativas que finalmente o PEDU arranque. Nós sabemos e creio que todos nesta Assembleia sabem, mas valerá a pena, até porque é pública, referir qual é o motivo de só agora as obras estarem a acontecer e de só agora o processo estar a despoletar não tem nada a ver com aquilo que muitas vezes ouvimos lá fora com o eleitoralismo e com o ano eleitoral, com a oportunidade eleitoral para fazer obras. Tem efectivamente a ver que isto são obras feitas e alavancadas com fundos comunitários que em fase de transição de quadros comunitários como nos encontramos até agora efectivamente só no final do ano passado e no início deste ano é que a grande maioria dos concursos estão a ser abertos e que as Câmaras Municipais, todas as Câmaras Municipais, podem concorrer. Bom, dir-me-ão mas há Câmaras Municipais que já estão a realizar obra no âmbito do PEDU é verdade e eu gostava muito que a Câmara Municipal da Covilhã fosse uma delas, por exemplo Castelo Branco já tem obras feitas do PEDU executadas e dir-me-ão como é que os tipos de Castelo Branco, como é que os Senhores em Castelo Branco conseguem? Os Senhores na Covilhã é que são incompetentes e porventura na terminologia e no raciocínio de alguns Deputados da Assembleia Municipal é certamente o motivo. Mas não! É que efectivamente as Câmaras Municipais que têm uma situação financeira sustentada e sustentável e folgada podem, a partir do momento em que tinham assinado o contrato programa de financiamento do PEDU, podiam efectivamente avançar com a execução da obra e agora ao mesmo tempo concorrer nos concursos normais e efectivamente ir ser ressarcido do dinheiro. Ora como a Câmara da Covilhã e como outras eventualmente no País estão em situação financeira que nós conhecemos efectivamente nós na Câmara Municipal da Covilhã reconhecemos que não temos capacidade financeira e de tesouraria para avançar com as obras e não temos outro remédio que não seja esperar por aquilo que são os *timings* de abertura dos concursos, neste caso do PEDU e no caso da componente própria infelizmente também temos que recorrer à Banca porque é a única

forma que nós podemos recorrer efectivamente para financiar projectos comunitários, porque a Câmara como a encontrámos estava impossibilitada de contrair empréstimos e efectivamente os únicos empréstimos que nós conseguimos e está e continua a estar é verdade, bem lembrado Senhor Deputado, não pela responsabilidade deste Executivo que tem baixado entre 8 a 10 milhões de euros à dívida Municipal durante todos estes anos, mas pese embora termos porventura já baixado mais de 30 milhões de euros à dívida, temos ideia que efectivamente, temos consciência que efectivamente ainda não podemos ir buscar empréstimos. Mas isto diz muito sobre o estado em que encontrámos a Câmara e que herdámos a Câmara do PSD. Quero terminar Senhor Presidente dizendo-lhe que efectivamente o Partido Socialista votará favoravelmente esperando que efectivamente este Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano constitua uma oportunidade para a regeneração urbana no Centro da nossa Cidade”; -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “é só para manifestar alguma estranheza na posição do Partido Social-Democrata relativamente à votação deste financiamento. Porque, Senhor Deputado Nuno Serra - acabou de o dizer de forma muito clara o Senhor Deputado Hélio Fazendeiro - nós só agora é que podemos lá ir. Quem nos dera a nós ter lá ido antes. Aliás, os avisos de abertura, eu sei que o Senhor sabe quando é que eles abriram. Eu sei que o Senhor sabe! E portanto por uma questão de boa-fé, eu sei que o Senhor é um Homem de boa-fé, use-a para este efeito. Dizer-lhe que efectivamente não podíamos lá ter ido antes, à Banca. Nós só podemos socorrer-nos de empréstimos para pagar sentenças judiciais e a componente Nacional de Fundos Comunitários. Ora, se os avisos só abriram recentemente não podíamos lá ter ido antes. E que ninguém nos acuse de eleitoralismo, porque não há eleitoralismo nenhum. Como eu sei que já andam para aí alguns arautos a falar em eleitoralismo no que diz respeito às escolas. As escolas como sabem também foram... as intervenções que vão ser feitas nas escolas do ensino básico vão sê-lo no final do ano lectivo porque efectivamente também só recentemente tivemos oportunidade de concorrer e foram contratualizados, também são fundos comunitários no âmbito do PEDU e do pacto da Comunidade Intermunicipal. E portanto isto é a verdade dos factos indesmentível, clara e objectiva, quem disser o contrário está a mentir ou está de má-fé. E portanto era este esclarecimento que eu também queria deixar aqui.” -----

- O Senhor Eng.º Nuno Serra: “só uma interpolação, só dizer que eu não falei aqui em eleitoralismo, nem a posição do PSD tem a ver com isso. Mas eu pedia, se fosse possível, ao Senhor Presidente da Câmara, enfim à terceira se calhar é de vez, o Centro de Incubação e Apoio ao Empreendedorismo 77 mil e 700 euros, o que é isto?” -----

- O Senhor Presidente da Câmara: “já repeti isto e volto a repeti-lo com todo o gosto pela enésima vez aqui, estamos a falar do edifício que já foi estação de correios, já foi polícia de segurança pública, já foi APPACDM que vai funcionar como pré-incubadora, é um Centro de Inovação Empresarial, tal como o Teatro é um Centro de Inovação Cultural e o antigo Liceu é um Centro de Inovação Social. Portanto esse dinheiro é afecto a esse projecto.” -----

- O Senhor Prof. Reis Silva: “nós concordamos e iremos votar favoravelmente à contracção do empréstimo. Até porque há indicação clara e objectiva das obras, da afectação dessas verbas e desse empréstimo. A situação financeira da Câmara é aquela que nós conhecemos, não é fácil. É difícil! Também não houve as economias necessárias e suficientes, nem houve o esforço, no início de Mandato, que poderia ter havido. Mas pronto, para se fazer obra é necessário dinheiro, há os Fundos Comunitários que é necessário aproveitar e a obra em si é importante para o Concelho, para as Empresas, para a dinamização económica do próprio Concelho e, também, como é evidente aproveitar-se a excepção que o Orçamento de Estado trás para esse tipo de investimentos, porque permite às Câmaras Municipais, apesar da dificuldade económica e financeira, contraírem empréstimos para este efeito.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazo – PEDU – Covilhã – Homologação da Acta Relatório** foi a mesma **aprovada por maioria com 34 votos a favor (PS, PCP e Independentes) e 5 abstenções (MAC e PSD)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. João Bernardo: “a abstenção é para não obstaculizar as únicas obras que se possam vislumbrar, num futuro próximo, na Covilhã.  
Sendo certo que, eu acho que o Senhor Presidente da Câmara e o PS já têm uma cassete sobre o eleitoralismo, ninguém falou de eleitoralismo nesta Assembleia e já toda a gente fala de eleitoralismo e eles próprios são os primeiros a falar. Desassombrem-se, as Eleições são daqui a oito meses. Tenham calma.” -----

- Senhor Dr. David Silva - Tortosendo: “Votei favoravelmente porque queremos investimento no Concelho. Quando aqui foi apresentado o PEDU, fomos críticos porque visava só a Cidade e eu pedi ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã que olhasse para a reabilitação urbana na minha Freguesia, para casas em ruína.  
E, chamava a especial atenção para casas em ruína, que são propriedade do Município, e que seguisse o bom exemplo da Senhora Provedora que, na Rua Direita, promoveu a reabilitação urbana. Acho que os bons exemplos devem ser seguidos e peço ao Município para olhar para as casas em ruína, propriedade do Município, porque envergonham a Câmara Municipal da Covilhã, envergonham os Tortosendenses e quem nos visita.” -----

- Senhor Rui Amaro – Peso e Vales do Rio: “votei favoravelmente porque sou a favor dos investimentos, sejam eles quais forem, o que interessa é que haja investimento e recuperação de imóveis.

Tal como na Sessão onde foi explicado o PEDU, mantendo a posição desde aí, não concordo com a forma como o PEDU está a ser feito, só na Cidade, devia ser feito também no Concelho. Continuo a dizer que votei favoravelmente mas não concordo com as regras que estão definidas.” -----



- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Só para reafirmar o voto favorável da Bancada do Partido Socialista e assinalar um facto político que me parece relevante, que é a abstenção do Movimento Acreditar Covilhã e do PSD. E destacar, efectivamente, que aqueles que têm a responsabilidade da dívida que hoje temos, aqueles que foram responsáveis, no passado, pela dívida que hoje temos, recusam-se a caucionar o empréstimo e votar favoravelmente o empréstimo para um conjunto de obras que estão perfeitamente identificadas, que são de pertinência consensual e que vão melhorar aquilo que é a qualidade de vida e a regeneração urbana no nosso Centro Histórico. Infelizmente só é possível ser no Centro Histórico da Cidade. O Senhor Presidente já respondeu e já explicou, noutra Assembleia Municipal, que as regras e o aviso de abertura do concurso não permitia que isto fosse alargado a mais sítios. Bem sei que o Senhor Presidente tentou na altura introduzir e convence-los que o conceito da grande Covilhã iria seguramente até ao Tortosendo, mas foi impossível. Quero reafirmar o voto favorável do Partido Socialista.” -----

### **2.3 – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DE CORTES DO MEIO, UNHAIS DA SERRA E ERADA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Fevereiro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 916 de 2017.02.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Delegação de Competências nas Freguesias de Cortes do Meio, Unhais da Serra e Erada - para a prestação de serviço público de abastecimento de água*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

### **2.4 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DA BOIDOBRA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Fevereiro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 917 de 2017.02.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências na Freguesia da Boidobra – contratação de trabalhos de limpeza dos espaços verdes*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade.*** -----

## 2.5 – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS

- CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NO PRÉ-ESCOLAR – ANO LECTIVO 2016-2017;
- CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LECTIVO 2016-2017

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Fevereiro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.º 918 e 919 de 2017.02.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor Prof. Reis Silva que, mais uma vez, manifestou o seu descontentamento em relação ao trabalho precário. Situação que, pensa, a Câmara Municipal poderia resolver se tivesse vontade política para o fazer, dando a indicação clara e objectiva às Juntas de Freguesia, que há delegação de competências, há transferência de verbas, mas a Junta de Freguesia tem que cumprir com a Lei, nomeadamente a celebração de contratos. Propôs que fossem celebrados contratos a termo ou por tempo indeterminado, conforme as necessidades do serviço, para dar estabilidade às famílias e ao próprio serviço.

“Não havendo garantias de que a contratação é feita, tendo por base a Lei e tendo por base a defesa dos próprios trabalhadores, nós iremos votar contra.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias – contratação de Pessoal para Actividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar de Paul – Ano Lectivo 2016-2017 - Contratação de Pessoal para Acompanhamento do Serviço de Refeições no 1.º Ciclo do Ensino Básico de Cortes do Meio - Ano Lectivo 2016-2017*** foi a mesma ***aprovada por maioria com 35 votos a favor (PS, MAC, PSD e Independentes) e 4 votos contra (PCP).*** -----

## 2.6 – REGULAMENTO MUNICIPAL DO CARTÃO SOCIAL MUNICIPAL COVILHÃ MAIS SOCIAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Fevereiro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 920 de 2017.02.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Eng.º João Nuno Serra referiu que o PSD se vai abster, porque não tiveram o tempo necessário para a análise e discussão. Propôs que, futuramente, sejam criados Grupos de Trabalho para análise de documentos que carecem de uma análise mais profunda, como é o caso; Dr. Pina Simão realçou as novidades introduzidas, nomeadamente mais valências. Concluiu dizendo que este Cartão Social é uma mais-valia e que vai em benefício de muitos Covilhanenses; Prof. Reis Silva recordou que esta proposta apareceu por iniciativa da CDU, através da Vereadora da altura, Dra. Isaura Reis, com a redução da factura da água.

Referiu que por se tratar de um processo de cariz social, onde têm que ser analisadas várias vertentes, a homologação não devia ser unipessoal mas sim da Câmara Municipal. Os Técnicos da Câmara têm que analisar os processos e apresentar uma proposta, que deverá ser presente à Câmara, para decisão. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento Municipal do Cartão Social Municipal – Covilhã Mais Social** foi a mesma **aprovada por maioria com 34 votos a favor (PS, PCP e Independentes) e 5 abstenções (MAC e PSD)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. João Bernardo: “Só queria realçar que, este é um Regulamento da Câmara e para a Câmara. E, a Assembleia Municipal tem a competência de aprovar estes Regulamentos.

Nós abstinemo-nos e eu abstive-me, exactamente porque entendo que, sem prejuízo das discussões públicas que existem, sem prejuízo das regras procedimentais que existem, a Câmara devia enviar, através do expediente, os regulamentos que estão em discussão ou não. Penso que era uma questão de bom senso e de bom-tom e, até, de respeito pelos Deputados Municipais. Mas de qualquer maneira como se entende que deve ser tudo metido dentro do mesmo saco... óptimo, óptimo. É a proposta da Câmara e fiquem com ela.” -----

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “o Partido Socialista votou favoravelmente este Regulamento, saudando aquilo que foi a sua iniciativa e o incremento de apoio e de atenção social que damos, com isto, aos nossos Municípios.” -----

### **2.7 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Fevereiro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 921 de 2017.02.17 e seus anexos. -----

Este assunto foi retirado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, após a intervenção do Senhor Dr. Marco Gabriel (Boidobra) a sugerir alterações (**doc.12**). -----

### **2.8 – CONTINGENTE DE TÁXIS NA FREGUESIA DE S. JORGE DA BEIRA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Fevereiro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 922 de 2017.02.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contingente de Táxis na Freguesia de S. Jorge da Beira** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

### **2.9 – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL PARA AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 195,00M2, SITO NA QUINTA DA ALÂMPADA, FREGUESIA DE BOIDOBRA, INSCRITO NA MATRIZ URBANA DA CITADA FREGUESIA SOB O ARTIGO N.º 769 E DESCRITA NA CRP DA COVILHÃ SOB O N.º 543**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de Dezembro de 2016, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para

efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 276 de 2017.01.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Desafecção do Domínio Privado Municipal para Afecção ao Domínio Público Municipal de parcela de terreno com a área de 195,00m2, sito na Quinta da Alâmpada, Freguesia de Boidobra, inscrito na matriz urbana da citada Freguesia sob o artigo n.º 769 e descrita na CRP da Covilhã sob o n.º 543*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade.*** -----

## 2.10 – DEFINIÇÃO DE EDIFÍCIOS EM RUINA, NO ÂMBITO DO IMI PARA O ANO DE 2017, EM COMPLEMENTO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 02 DE SETEMBRO DE 2016

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Fevereiro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos de clarificação das deliberações tomadas na Câmara e na Assembleia Municipal em 02 de Setembro e 07 de Outubro de 2016, quanto ao IMI para o ano de 2017, através do ofício n.º 923 de 2017.02.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação: o Senhor Eng.º Pedro Manquinho apresentou uma proposta de alteração (***doc.13***) que ***foi rejeitada.*** -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Definição de Edifícios em Ruina, no âmbito da Taxa do IMI aprovada para o ano de 2017, em complemento das deliberações de Câmara e da Assembleia Municipal de 02 de Setembro e 07 de Outubro de 2016*** foi a mesma ***aprovada por maioria com 35 votos a favor (PS, MAC, PSD e Independentes) e 4 abstenções (PCP).*** -----

## 2.11 - ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que este foi o tema consensualizado pela Conferência de Líderes. -----

--- A Senhora Prof. Doutora Sandra Soares: “...**O Partido Social-Democrata – PPD/PSD**, defende a **união** e não a cisão, o **acrescentar** em vez de repartir, considera que é **imprescindível** tirar o máximo partido da dimensão intermunicipal nos diferentes espaços sub-regionais que o **modelo das CIM**

**estrutura** e lutar pelo direito ao investimento na imensa região que congrega a nossa raiz identitária...” **(doc.14)**. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel: *“Reverter a perda de capital humano, associada a um envelhecimento generalizado da população, é um dos principais desafios das políticas de coesão territorial, económica e social...”* **(doc.15)**. -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: **“...O eterno desafio – Somos o concelho com maior capacidade hoteleira e temos as condições ideais para juntamente com as freguesias, associações empresas e entidades locais planificar e criar as atractividades e complementaridade de ofertas e soluções que permitam que tanto os turistas como os agentes locais tenham verdadeiras experiências positivas e sustentáveis”** **(doc.16)**. -----

--- O Senhor Dr. Nuno Pedro: *“Quando falamos das Estratégias para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, temos que separar dois níveis. Em primeiro lugar temos que olhar para o todo nacional e para a estratégia dos sucessivos governos, definindo qual a abordagem que o Município da Covilhã deve ter junto do Governo da República. Em segundo lugar temos que olhar para a estratégia que o Concelho deve ter nas suas acções, atendendo à diversidade territorial que o Concelho da Covilhã da Covilhã apresenta...”* **(doc.17)**. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Usaram da palavra as Senhoras D. Luciana Maurícia Santarém Leitão e D. Susana Patrícia Ferreira Alves, como Representantes da Comissão Organizadora, para agradecerem a todos os que estiveram presentes na manifestação, realizada no Teixoso, pela manutenção do Balcão da Caixa Geral de Depósitos. -----

**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e dezoito minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,